
**INFREQUÊNCIA ESCOLA.
A FREQUÊNCIA ESCOLAR COMO INDICADOR NO SUCESSO ESCOLAR.**

NOGA, Kamilla Bueno. kamillanoga@outlook.com¹

MATTOS, Patrícia Aparecida Rodrigues.patriciarmattos@hotmail.com²

Orientadora:

FREITAS, Patrícia Lucia Wosgrau

Resumo: O presente trabalho tem como objetivos a reflexão e participação dos pais e professores frente à importância da frequência escolar. Inicialmente, a pesquisa foi classificada em exploratória, na qual teve como papel principal, a busca de uma análise quantitativa do problema que a escola vinha enfrentando no seu dia a dia. Para a coleta de dados foi necessária a interação e a participação dos pais e professores, onde foi aplicado questionários com perguntas abertas e fechadas. Assim sendo o referido instrumento permitiu diagnosticar e assessorar no levantamento de possíveis questionamentos, e a sua finalidade foi a possível solução da compreensão do problema proposto no projeto. A pesquisa sugere que a escola incentive os alunos a frequentar o âmbito escolar para que assim os mesmos alcancem o sucesso em sua vida escolar. Propõe-se que seja realizado um trabalho nos três eixos pesquisados (pais, alunos, professores) de cunho dinâmico e debatido a importância da frequência escolar.

Abstract: This study aims to reflection and participation of parents and teachers against the importance of frequency escolar. Inicialmente, the research was classified as exploratory, which had the main role, the search for a quantitative analysis of the problem that the school was facing in their day to day. For data collection was necessary interaction and participation of parents and teachers, which was applied questionnaires with open and closed questions. Therefore this instrument allowed diagnose and assist in the raising of possible questions, and its purpose was the possible solution of the understanding of the problem proposed in the project. Research suggests that schools encourage students to attend school âmbito so that they achieve success in their school life. It is proposed to be carried out work in three areas surveyed (parents, students, teachers) dynamic nature and discussed the importance of school attendance.

Palavras-chave: Infrequência Escolar. Relação Escola e Família. Sucesso Escolar.

Keywords: Infrequency School. School and family relationship. School Success.

Sumário: Introdução – 1 Referencial teórico. 1.1 Direito a educação: Uma escola para todos: 1.1.1 Conceito de escola republicana: 1.1.2 Educação de qualidade na primeira infância: 1.1.3 Práticas docentes: 1.1.4 Frequência escolar: – 2 Metodologia – Conclusão.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca identificar os fatores que contribuem para a frequência escolar como indicador no sucesso escolar dos alunos, a escolha do tema deu-se através de uma conversa inicial com a coordenação da escola que será campo de pesquisa.

Desta forma, o estudo traz como objetivo investigar a infrequência dos alunos como um fator que dificulta o sucesso no processo de escolarização dos anos iniciais do Ensino fundamental e assim contribuir para a formação inicial do docente/pedagogo, a ser alcançado no decorrer do processo de pesquisa e contem hipóteses que foram levantadas no período de investigação desta pesquisa.

Nesta pesquisa possui o referencial teórico onde nele encontra-se vários temas a serem abordados tais como: Direito a educação: uma escola para todos, Conceito de escola republicana, Educação de qualidade na primeira infância, Práticas docentes, Frequência Escolar e Relação escola e família na garantia do sucesso escolar.

O Estudo aborda uma metodologia inicialmente descritiva, a qual busca descrever as principais características da escola, com uma análise quantitativa do problema enfrentando no ambiente escolar.

Uma escola de qualidade é aquela onde todos aprendem, e que se preocupa com a aprendizagem de cada aluno, buscando formar um bom cidadão para o mundo. Despertando o espírito crítico.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA ESCOLA PARA TODOS

A educação se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, 9394/96 afirma que "é direito

de todo ser humano o acesso à educação básica", assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece que "toda pessoa tem direito à educação". Com ela, o povo brasileiro passa a vislumbrar sobre uma expectativa de vida melhor, possibilitando uma maior participação perante a sociedade, por meio das suas qualificações referentes ao mercado de trabalho.

O direito a educação e o seu acesso tem como principal importância a permanência e o sucesso de cada cidadão no sistema de educação escolar básica, tornando-se hoje nos maiores desafios da Educação Brasileira.

A educação escolar tem como foco principal a formação de seus cidadãos, tendo como princípio a indispensável contribuição de todos, para que possam interagir tanto na esfera social quanto na política, obtendo-se uma forma qualificada de ensino, na qual possa atender o mundo profissional nas suas diversas áreas de trabalho.

Sobretudo, nos dias de hoje, a educação faz parte do dever da família e do Estado, tendo como principal importância a igualdade entre todas as crianças, buscando desenvolver diversas formas de acesso, possibilitando ao aluno descobrir e apresentar novas ideias e concepções sobre a sua formação.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

O livro Educação e Cidadania (1994) ressalta que a família e a comunidade são os principais agentes na formação e qualificação do cidadão, tendo como objetivo mostrar que não é só na escola que se dá a formação, mas parte deste desenvolvimento se dá dentro do ambiente escolar, portanto existe a necessidade de se aprender mais do que conteúdos para os alunos, cabendo as instituições de ensino a missão de ensinar valores, possibilitando maiores desenvolvimentos da moral dos educandos, através de seleções de projetos e metodologias que o favoreça.

Destaca-se também o papel da escola como fator de importância na formação de conhecimentos, comportamentos e valores presentes nas pessoas, tendo como principal função melhorar o processo de ensino- aprendizagem, visando construir uma melhor educação e cultura entre todos os seus cidadãos.

Nesse sentido, o papel de maior significado figura-se na presença do gestor, que deve assumir e liberar uma efetivação mais abrangente, no direito e no âmbito de suas responsabilidades.

Com tudo isso, a declaração e a efetivação nos parâmetros do direito tornam-se imprescindível no caso de países, como no Brasil, que possui uma forte tradição elitista, que tradicionalmente, reservam-se apenas as camadas da sociedade mais privilegiadas, tendo em vista o acesso e o bem estar social.

O direito a educação parte de que o conhecimento do saber no seu modo sistemático é mais de que uma importante herança cultural. É através da herança que o papel do cidadão torna-se capaz de se apoderar-se de padrões cognitivos e formações, tendo assim maiores possibilidades de participação nos destinos da sociedade corroborando com as suas transformações.

Portanto, todos nós cidadãos temos os direito a uma educação de qualidade e de igualdade, na qual pretende-se que todos os membros da sociedade tenham iguais condições de acesso e de uma qualidade de ensino melhor para que se possa atender a participação em termos de escolha ou mesmo de concorrência perante a sociedade, considerando-se como principal fator a igualdade dentre todos os membros da nossa sociedade.

1.1.1 conceito de escola republicana

O conceito de Escola Republicana tem como principal foco a reflexão sobre a Constituição dos grupos escolares no período da república, na qual está marcado pelas perspectivas da modernização do ensino tendo como fundamento a humanidade.

É necessário compreender e enfatizar sobre o momento em que se vivia e suas várias mudanças ao longo dos anos, ocorrendo em nosso país, dentre as quais tinha como principal elo a ordem política e sua economia, aonde podemos averiguar

a passagem do período Império para o Republicano e o seu crescimento na área industrial.

Nessa época, havia uma nova concepção sobre o tipo de homem a ser formado pelas escolas, na qual o indivíduo seria moralizado, sendo produtiva a nação. Também podemos destacar a enorme preocupação por parte do Império Republicano que através dos constantes avanços na área da educação e da economia nos diversos países civilizados, tocante, empreenderam-se em reorganizar os moldes de ensino, tendo como principal objetivo garantir a ordem e o progresso da sociedade brasileira.

Essas reformas tiveram uma forte influência no sentido positivista e nos seus ideais liberais, pois o nacionalismo se implantou nas reformas, dentre os quais estavam o currículo nas escolas, que visava alcançar os seus objetivos específicos.

A Primeira República destacou-se pelas ideias pedagógicas caracterizando-se em dois momentos ideológicos: o entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico que tinha como fundamental importância a instrução nos diversos níveis da educação.

Com essas novas ideias só vieram a confirmar que o princípio da igualdade na educação dos dois sexos estabeleceu-se igual quantidade de classes, na qual impedia-se as duas educações, resultando na separação entre homens e mulheres.

Ao tratar do Modelo Republicano de ensino nas escolas de tempo integral, a professora Lia Faria, procurou enfatizar o direito do cidadão à escola pública de qualidade. Para ela, não basta dar acesso à educação pública, mas é fundamental que esta educação seja de qualidade. Lia reafirmou que o CIEP (Centros Integrados de Educação Pública) nada mais é que uma escola pública republicana de qualidade que o Estado pode oferecer principalmente às camadas menos favorecidas da sociedade.

Segundo Faria (2014) "Não se faz uma escola nova e de tempo integral sem investir nos professores, pois eles precisam acreditar e se apaixonar pelo projeto", destacou Lia ao convocar os professores e educadores a assumirem o compromisso histórico com a educação.

Ressalta-se nesse período a figura do diretor, no qual consistia como principal responsável pela parte da administração escolar, pelo controle dos professores e por contribuir com a ordem e disciplinas dos educandos. Em relação a parte pedagógica da escola, os conteúdos foram todos sistematizados e sendo distribuídos em várias séries, os alunos eram qualificados em classes através de um sistema de avaliação. O sistema de ensino visava: graduar em série, executar programas pedagógicos e avaliar o educando e a sua disciplina.

Contudo, os republicanos almejavam a modernização da sociedade, destinando a educação escolar e ao seu poder de transformar a nação. E ainda influenciando de forma positivista e nos ideais liberais, tendo como foco principal reorganizar a forma de ensino, nas quais atingisse seus objetivos específicos e suas finalidades, dentre as quais a de uma sociedade mais civilizada, como uma maior cultura e forte patriotismo, com vários progressos nos campos econômicos, políticos e sociais.

1.1.2 Educação de qualidade na primeira infância

Na antiguidade, os gregos utilizavam-se de expressões ambíguas para classificar qualquer pessoa que estivesse num estágio entre a infância e a velhice, portanto, não havendo um conceito próprio para designar a infância ou mesmo uma diferenciação nas etapas do seu desenvolvimento. Nessa época não existia restrições morais, ocorrendo à prática do infanticídio

Já na idade média, o comportamento era caracterizado pela infantilidade entre todas as idades. Nesse período, a infância durava até os sete anos de idade, pois a partir daí, a criança começa a compreender o que os adultos dizem.

Na idade medieval, as crianças eram vistas como adultos em miniaturas, Dessa forma, o desenvolvimento da criança ocorria através das relações que eram estabelecidas com os mais velhos. As atitudes dos adultos eram refletidas nas atitudes das crianças.

É só na Idade Moderna, que as crianças passaram a ser vistas como um ser social, assumindo como papel principal a relação entre a família e a sociedade, caracterizando-se as suas próprias necessidades. É durante este processo de

aquisição do conhecimento, que a criança deve ser vista como um ser pleno, cabendo a ação pedagógica reconhecer suas diferenças e construir sua identidade. Para isso, é preciso pensar em formas lúdicas e criativas que possam estimular cada vez mais a criatividade e a imaginação da criança.

As diretrizes curriculares das séries iniciais no Ensino Fundamental têm como por objetivo principal apresentar os resultados obtidos de um trabalho coletivo, na qual houve a participação e o comprometimento dos profissionais da educação do município de Ponta Grossa que, diariamente, em suas escolas, nas quais buscam validar os seus conhecimentos historicamente elaborados, tendo como componentes essenciais os currículos escolares e suas diretrizes.

Dessa forma, essas diretrizes curriculares estão ancoradas nas orientações nacionais vigentes, as quais iniciam com o Artigo 210 da Constituição Federal de 1988, que determina a fixação de “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”; incluem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Fundamental; as Diretrizes Curriculares para a Educação Básica; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e, a Lei 13.005/2014 (PNE) que traça as metas e objetivos para a Educação brasileira, no decênio 2014-2024.

É fundamental importância entender que o mérito dos profissionais que atuam nas escolas municipais está atrelado a sua capacidade de efetivar uma educação de qualidade a todos os alunos, considerando as suas peculiaridades. Essa assertiva está a exigir dos docentes, equipe pedagógica e gestora das unidades escolares o reconhecimento das diferentes necessidades de seus educandos.

No entanto, não basta somente reconhecer, faz-se necessário também buscar novas formas efetivas, para que se possa atender aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem das crianças, assegurando a todas elas um melhor ensino de qualidade, por meio de programas de estudos, de boa organização escolar, tendo como critérios, a utilização de recursos pedagógicos, e de avaliação. Só assim os profissionais da educação, participarão da consolidação das Diretrizes Curriculares

Municipais e na elaboração das propostas pedagógicas das escolas, tornam-se sujeitos críticos, sempre abertos a aprender.

O conjunto de fatores e ideias expressam a necessidade de referenciais a partir das quais o sistema educacional do País esteja organizado, a fim de garantir e propiciar, que sejam respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas, tendo como foco principal a educação e o processo de construção da cidadania, obtendo como meta a idealização de uma crescente igualdade de direitos entre as pessoas, baseando-se nos princípios da democracia. Essa igualdade implica necessariamente ao acesso a qualidade de ensino e a totalidade dos bens públicos, tornando-se imprescindível os avanços tecnológicos e os seus conhecimentos sociais.

Até dezembro de 1996, o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos na Lei Federal nº 5692, de 11 de agosto de 1971. Essa lei é definida como a Lei de Diretrizes e Bases na educação nacional, estabelecendo como objetivo geral, proporcionar aos alunos a formação necessária no desenvolvimento de suas potencialidades, como elemento de auto-realização, propiciando um nível de qualidade de ensino maior e com mais aprendizagens, procurando visar a preparação para o trabalho e o exercício consciente de sua cidadania.

Também buscou-se generalizar as disposições básicas e fundamentais sobre o currículo nas escolas, mentalizando o núcleo comum e obrigatório no âmbito nacional para o ensino fundamental. Manteve-se, porém, uma boa parte diversificada a fim de contemplar as peculiaridades locais, as especificidades dos planos das instituições e as diferenças individuais do educandos.

Coube aos estados uma profunda formulação de propostas curriculares que serviram de base as escolas estaduais, municipais e particulares, situando-se em todo território nacional, compondo assim, seus respectivos sistemas de ensino com qualidade.

Essas propostas foram, em sua maioria, reformuladas durante a década de 1980, seguindo sempre as suas tendências educacionais nesse período.

Tendo em vista a situação do quadro anual da educação e os seus compromissos assumidos, o Ministério da Educação propõe-se a coordenar a

elaboração do Plano Decenal de Educação para todos (1993-2003), concebendo-se de um conjunto de diretrizes políticas em contínuo processo de negociação voltado para a recuperação de qualidade do ensino e da escola fundamental, a partir do compromisso com a equidade, como também as constantes avaliações dos sistemas escolares, visando o seu contínuo aprimoramento.

O Plano Decenal, em concordância com o que se estabelece através da Constituição de 1988, afirma-se a necessidade e a obrigatoriedade do Estado em elaborar parâmetros claros no campo curricular, tendo como capacidade orientar as ações educativas do ensino fundamental, de forma a adequar-se aos ideais democráticos em busca da melhoria da qualidade de ensino nas escolas brasileiras.

Nesse sentido, a leitura atenta-se para o texto constitucional de vigência, aonde busca visar aprimorar-se na ampliação das responsabilidades do poder público e para com a educação de todos, ao mesmo tempo em que a Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, priorizou o ensino fundamental, contribuindo para a participação de Estados e Municípios no tocante ao investimento e financiamento do nível de ensino.

Seguindo a nova Lei de Diretrizes e Bases, aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral, mas em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no artigo 22, da nova lei que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve-se assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e tais quais fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, contribuir para que haja um caráter de terminalidade e continuidade.

A nova LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por

uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal.

Portanto, o principal objetivo dos sistemas de séries iniciais é propiciar a todos a formação básica de qualidade para os cidadãos, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para que o aluno: tenha a capacidade de desenvolver o seu estudo, através da leitura, da escrita e do cálculo; o entendimento do ambiente natural e social do sistema político e das novas tecnologias; desenvolver a capacidade de aprendizagem, tendo como foco principal a aquisição de novos conhecimentos e habilidades na formação de atitudes e de valores, e no fortalecimento dos vínculos familiares através dos laços de solidariedade humana.

Verifica-se, contudo, que os atuais dispositivos relativos a qualidade de ensino e organização curricular da educação escolar, caminha no sentido de conferir ao aluno dentro de uma estrutura federativa, a efetivação dos objetivos da educação e qualidade democrática.

1.1.3 Práticas docentes

A atividade prática atualmente está inserida em qualquer tipo de profissão, pois trata-se de um procedimento utilizado para execução de determinadas tarefas.

Não sendo diferente a do educador, já que este também sempre utiliza a prática e a técnica em sala.

O processo de atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação. Nesse contexto, o desempenho destes exercícios é considerado como uma atividade sistematicamente constituída por uma cultura organizacional da escola. Ela tem como principal objetivo garantir o conhecimento, por meio de projetos pedagógicos e métodos desenvolvidos pela Escola e o Educador.

Já a ação é vista como uma característica inerente do ser, sendo de fundamental importância para o processo comunicativo da prática, estando ela ligada a subjetividade do docente. Se o educador possuir uma ação bem definida, ele propriamente se sentirá muito mais motivado para continuar exercendo seus

papéis dentro da comunidade escolar. Dessa forma, estará fortalecendo e intensificando a relação entre professor-aluno e sociedade-aluno.

É através da metodologia de reflexão-ação-reflexão que surge a práxis docente, pois o professor deixa de ser um mero instrumento de pesquisa e se torna o próprio sujeito da investigação, não se restringindo apenas as generalizações dos conteúdos abordados pelos educandos, mas tornando-se agentes de mudanças, tendo como foco principal, ser capaz de com seu senso crítico, moldar o seu método conforme a situação da comunidade escolar. E são eles, os educadores, os elementos principais dessa mudança, já que se desenvolveram de uma atividade reflexiva sobre a sua própria prática.

Diante dessa abordagem sobre as praticas docentes pode-se focar a necessidade de se oferecer uma formação mais consistente aos educadores como o objetivo de dar-lhes condições de refletirem sobre suas práticas, e procurar aprimorar-se dos saberes necessários da docência, nas quais não se restringem apenas ao ato de ensinar conteúdos, mas também de acolher, no ambiente de sala de aula, a atual diversidade dos educandos presentes na escola, promovendo-se um ambiente de respeito mútuo, tolerância e aceitação das peculiaridades e diferenças dos outros.

Avalia-se nessa perspectiva, um maior domínio do educador e, conseqüentemente, uma maior segurança em relação as práticas docentes, tendo em vista tornar o professor mais competente para lidar com os saberes curriculares, proporcionando promover uma melhor qualidade de aprendizagem aos alunos. Assim, estará mais empenhada na busca de melhorar e motivar a turma, inovando nos seus procedimentos, propondo questionamentos relevantes, mesclando conteúdos, instigando os educandos a construir novos métodos de forma a se adequar mais rapidamente ao trabalho pedagógico, a fim de possibilitar um processo de ensino aprendizagem mais eficaz.

No estudo sobre a docência, procura-se salientar a questão dos saberes profissionais dos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, considerando como fator de extrema importância a sua formação na construção dos conhecimentos necessários, para que se possa obter uma maior experiência e

eficiência dentro da sala de aula. Cabe, então, a sociedade, aos pais, questionar como se dá a aquisição desses saberes durante o exercício da docência. Esse levantamento sobre estas questões se dá pelo fato de existir um consenso entre docentes e alunos, quanto a ser considerado eficiente aquele profissional que possui um bom domínio dos saberes disciplinares e curriculares, procurando sempre demonstrar a capacidade de reelaborá-los, conforme sua realidade escolar.

Portanto, por meio dessas reflexões percebem-se sobre a importância do educador aprender e dominar os saberes curriculares e disciplinares, e a partir de então reelaborá-los, contribuindo e propiciando uma aprendizagem mais eficaz e com mais qualidade, proporcionando uma maior experiência profissional, demonstrando seus conhecimentos ou saberes mais consistentes, capazes de atender as necessidades dos educandos.

Outros motivos revelam que a desestimulação dos docentes refletem no processo de ensino/aprendizagem. Atualmente, os docentes se queixam da falta de interesse dos alunos com a aprendizagem, na falta de compromisso com as atividades escolares e fundamentalmente a participação assistida da família. Conseqüentemente tais elementos têm refletido na aprendizagem do educando. Esses fatos contribuem na maioria das vezes com um processo de ensino ineficiente e baixo rendimento escolar por parte dos alunos. A falta de aprofundamento desses conhecimentos dificulta o acompanhamento das atividades escolares e a relevância no ensino. Tais problemas permitem que o docente tome iniciativas emergenciais com base nas deficiências dos alunos.

A partir das iniciativas tomadas, utilizam-se metodologias variadas de ensino reformulando os objetivos e conteúdos programáticos que haviam sido planejados. Outra dificuldade apontada é em relação à falta de recursos e materiais escolares nos quais, em geral, as escolas não dispõem para suprir todas as necessidades, que venham a contribuir com o desempenho dos trabalhos e facilitar a prática pedagógica do docente.

1.1.4 Frequência escolar

Ao relatar e refletir sobre a infrequência escolar no ensino fundamental, dentre os quais estão os diversos fatores que influenciam para essa infrequência que são: os problemas sociais, econômicos e culturais que envolvem a escola, família e comunidade, buscando entender os motivos que implicam no desenvolvimento intelectual e social do aluno.

A infrequência escolar no Brasil, sempre esteve entre as maiores preocupações dos educadores comprometidos com a melhoria da qualidade de ensino. Esse processo vem sendo discutido a vários anos e parece que ainda está longe de ser solucionado, pois é de conhecimento de todos, que existem fatores internos e externos que agravam ainda mais a permanência dos alunos em sala de aula.

Nos dias atuais, a frequência escolar constituiu-se num problema que cresce cada vez mais, afetando principalmente as escolas públicas. Várias discussões e debates têm sido realizados procurando encontrar o “responsável” e a “solução” para esta adversidade. As reflexões têm tomado como ponto predominante, a busca pelo debate, fazendo que o papel tanto da família como da escola em relação à vida escolar dos educandos.

Essa infrequência no âmbito escolar merece assim, uma grande e propensa atenção, pois não se trata de um problema restrito a algumas instituições de ensino, mas sim, de uma dificuldade de ordem nacional, que afeta principalmente as classes mais desfavorecidas da sociedade.

Essa situação está vinculada a diversos obstáculos, considerados, na maioria das vezes, intransponíveis para milhares de adolescentes e jovens que se obrigam a se afastar da escola e, portanto não conseguindo concluir a educação básica. Dentre os principais índices, destaca-se a necessidade de trabalhar para ajudar na renda familiar e, também, para seu próprio sustento. O ingresso a criminalidade e a violência são outros pontos importantes para essa infrequência.

O modo de convívio familiar, a má qualidade de ensino, entre outros razões, são considerados partes integrantes da evasão escolar, tendo relação também com

a falta de frequência não apenas na escola, mas também na família, e nas políticas de governo e sobretudo ao próprio aluno.

De acordo com Queiroz (2011, p. 02), a evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação, expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho. Devido a isso, educadores brasileiros, cada vez mais, vêm preocupando-se com as crianças que chegam à escola, mas que nela não permanecem.

Conforme a citação acima, o autor ressalta que a infrequência escolar é uma questão de âmbito nacional, possuindo ainda inúmeros problemas em relação a alfabetização das crianças, adolescentes e jovens, e também dá precariedade das condições em que os educadores vivem, com a falta de recursos e materiais pedagógicos, com a desvalorização de seu trabalho em relação ao governo, seus salários cada dia mais defasados, e a impossibilidade de criar algo novo para um ensino de qualidade melhor para a sociedade.

Segundo a perspectiva de Arroyo¹ (1997, p.23), na maioria das causas da evasão escolar, a escola tem a responsabilidade de apontar a desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra. Sabe-se que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta e, para isso é preciso professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador.

Conforme Arroyo, as principais causas da evasão escolar deu-se pela falta de comprometimento não só da escola como também da família do aluno, na qual hoje, é preciso que a escola esteja cada vez mais capacitada para atender esses educandos e a sociedade em geral, para que se possa atingir uma melhor qualidade

¹ ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

de ensino dos alunos, visando sempre transformar e inovar as interações entre família e escola no ensino aprendizagem.

De acordo com Azevedo (2011, p.05), o problema da evasão e da repetência escolar no país tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e consequências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

Para Azevedo, um dos maiores problemas da infrequência está ligado a repetência escolar, que tem como principal desafio manter esses alunos dentro da sala de aula, mesmo com todos os fatores, os quais o país vem vivendo, com a omissão do poder político e a crise econômica, tendo também os professores desmotivados, com falta de preparo e estudo, aliado ainda com a ausência de materiais didáticos e demais recursos pedagógicos, agravem cada dia mais a educação brasileira.

De acordo com Oliveira (2012, p.05 apud Campos 2003), os motivos para o abandono escolar podem ser ilustrados a partir do momento em que o aluno deixa a escola para trabalhar; quando as condições de acesso e segurança são precárias; os horários são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; evadem por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também abandonam a escola por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles.

Segundo Oliveira, os essenciais motivos para o abandono escolar, está na crise financeira em que o país se encontra, fazendo com que mais cedo os adolescentes e jovens tenham acesso ao mercado de trabalho, e também nas condições precárias em que as escolas estão, sofrendo com a ausência de materiais didáticos e outros fatores, e com a falta de qualidade de ensino para desempenhar melhor a sua formação. Tudo isso contribui para que os educandos cada dia mais, não se interessem pelo seu desenvolvimento intelectual e sim procurem o que é melhor para eles e sua família.

O desempenho escolar também é reflexo do abandono, estando diretamente associados as características de seus clientes, que em sua maioria é oriunda de classe menos favorecidas, com poucas condições concretas de vida e problemas sócio culturais que interferem no seu rendimento escolar.

Durante todo o século XIX, enquanto ampliava-se a cidadania e a universalização nos países mais desenvolvidos, o Brasil continua no regime de uma sociedade escravocrata. Essa herança teve consequências muito pesadas, ao longo dos anos, influenciando na evolução do nosso sistema educacional, criando problemas específicos para a área de extensão do acesso a escola.

Era também de fundamental importância que se implementasse mudança nas tradições, nos valores e nos hábitos, numa sociedade em que a escola não fazia parte de suas vidas, e ao mesmo tempo em que se vivenciava a resistência das elites tradicionais, as quais se negavam a estender a cidadania aos escravos ou ex-escravos, portanto, tornando-se mais difícil a aceitação em promover o ideal da escolarização universal como fundamento das políticas públicas.

Da mesma forma que vem sendo discutido a infrequência e o desempenho escolar, o fracasso escolar também é um dos temas mais debatidos na área da educação. Afinal, trata-se de uma problemática que se estende desde o início da história educacional brasileira até hoje.

O fracasso escolar, sobre o qual se pretende tecer aqui algumas considerações, não pode ser depositado tão somente sobre o aluno. Conforme opina Weiss (2007, p.16) há todo um universo ao redor que implica em estar atento também a outras perspectivas que possibilitem este estudo, sendo elas a escola, a sociedade e também o aluno. A autora considera o fracasso escolar uma resposta insuficiente do aluno a uma exigência ou demanda da escola. No diagnóstico psicopedagógico do fracasso escolar de um aluno não se pode desconsiderar as relações significativas existentes entre a produção escolar e as oportunidades reais que determinada sociedade possibilita aos representantes das diversas classes sociais, e que os alunos de escolas públicas brasileiras provenientes das camadas de mais baixa renda da população são frequentemente incluídos em “classes

escolares especiais”, considerados pertencentes ao grupo de possíveis “deficientes mentais”, com limites e problemas graves de aprendizagem.

Portanto, o processo de infrequência ou evasão escolar, se dá ao acúmulo de fatores existenciais na vida do educando, da família, e da escola, tendo como foco principal nas responsabilidades do governo, as quais não atendem as necessidades da sociedade que perece cada dia mais, e no que tange a educação, cada vez mais precária fazendo que o adolescente e o jovem saiam da escola mais cedo em busca de um sustento a sua família e também pela falta de estrutura e de qualidade de ensino a que muitas escolas não possuem devido a falta de respeito das autoridades do nosso país.

1.1.5 Relação escolar e família na garantia do sucesso escolar

A importância da relação família e escola no desempenho ensino aprendizagem escolar dos alunos, que tem como fator primordial mostrar o interesse que os pais apresentam mediante o processo de formação dos seus filhos durante todo o percurso escolar.

A sociedade nos dias atuais vem vivendo num período com diversos desafios nos mais variados setores, o saber político, educacional, social e econômico.

No que se refere a área educacional, várias são as exigências postas pela sociedade civil em relação as instituições escolares. A escola tem sido chamada a rever as suas práticas do cotidiano visando melhorar o trabalho educativo.

Nessa perspectiva, hoje temos visto que a questão da relação família e escola assume um papel de grande relevância no atual contexto visto que, são necessárias essas parcerias para o desenvolvimento do aluno dentro do ambiente escolar.

Considera-se de fundamental importância que a família e a escola desenvolvam laços de confiança, abrindo-se ao diálogo e a convivência. A família precisa estar sempre a par de todas as situações ocorridas em sala de aula como também as ações desenvolvidas pela escola no que diz respeito a sua forma de agir, de como é o seu processo de evolução perante o sistema de ensino aprendizagem, e para que isso aconteça é necessária que a parceria entre família e escola seja efetivada no dia a dia da melhor forma possível.

Essa ligação no nosso entendimento pressupõe, a assunção das responsabilidades de todas as partes, configurando-se de forma que a família não se responsabilize só a escola pela educação de seus filhos, e a instituição não atribua à responsabilidade dos problemas que são enfrentados na escola apenas ao educando, e assim contando com o suporte familiar que é de vital valia na vida escolar dos alunos.

A família corresponde a uma sociedade que existe há muito tempo, para ser mais exato, desde a pré-história. Durante esse período os homens já eram considerados os líderes da sua própria família. Por serem sempre os mais fortes e serem os símbolos de proteção entre as mulheres, era constantemente o homem que tomava as decisões e ficavam com os trabalhos mais árduos.

Naquele período não existia o conceito sobre a família e sim de um bando, nome que se davam as pessoas que faziam parte do mesmo grupo. Durante esse tempo os homens viam que era necessário fazer algo que os mantivessem vivos e foi assim que os homens e mulheres se uniram para que esse propósito fosse mantido.

A família dentre esses povos ainda não tinham uma estrutura forte a qual existe hoje, antes todos os bandos faziam parte da mesma genealogia, ou seja, existiam vários povos e cada povo era considerado uma instituição familiar, sendo assim representada nos dias atuais. Com a chegada da família Real ao Brasil, a família passou a ter um papel fundamental na educação e no desenvolvimento do país.

De acordo com Bock “A família do ponto de vista do individuo e da cultura, é um grupo tão importante, que, na sua ausência, dizemos que a criança ou adolescente precisa de uma família substituta ou devem ser abrigados em uma instituição que cumpra as funções de cuidados para a posterior participação na coletividade”.²(2004, p.249)

² BOCK, Ana Maria Bahia, “Uma introdução ao estudo da psicologia”, 2004

Com a Revolução Industrial a família passou por várias transformações de maneira bem profunda. Com a mudança como eixo principal da produção do campo para a cidade ocorre um grande processo migratório em nosso país.

A relação entre pais e filhos passa a ocorrer tendo a mãe como principal figura familiar, tendo como foco principal o saber educar, visto que os pai passa a se ausentar cada vez mais na busca pelo sustento de sua família.

De acordo com Freitas (2011), a escola foi criada para conduzir a aprendizagem das crianças. Em 1549 as primeiras escolas foram criadas pelos jesuítas. No período de dois séculos os jesuítas criaram e mantiveram todo o ensino desenvolvido em nosso país.

Assim, a instituição escolar e a família têm passado por muitas transformações, contudo, as mudanças no meio familiar acontecem de uma forma muito mais rápida e sólida, buscando na escola meios para acompanhar, aceitar e lidar com as modificações. Logo, podemos compreender que de certo modo, a efetiva construção da relação entre escola e família resulta na intermediação do diálogo e na aproximação destas duas instituições.

Antigamente, a instituição escolar se colocava como principal detentora do saber e dos seus métodos pedagógicos, e o seu desenvolvimento do trabalho no seu interior, era fruto de maneira alheia aos pais e a sociedade. Já na atualidade os cidadãos se deparam com diversos aspectos conflituosos, que muita das vezes desvia o foco, que são os nossos filhos, nos quais o mundo nos reserva as drogas, prostituição e muitos outros deslizes em relação à personalidade, nas quais são regidos pelo simples fato que as famílias não dão importância ao que acontece com os filhos nos vários momentos de suas vidas.

O apoio é de extrema importância para que os filhos saibam qual é o melhor caminho a ser seguido, competindo aos pais apresentar meios, horizontes, para que se proporcione para o futuro de sua prole, um lugar na sociedade repleto de positividade, conquista e, sobretudo sucesso.

Segundo Kaloustian ³(1988, p.22) A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar dos seus componentes.

A partir disso, pode-se mencionar que essa parceria da família deveria ser encontrada em vários contextos, mas, principalmente no contexto da sala de aula, pois, o aluno se depara com o apoio dos pais e conseguem enxergar o interesse destas na sua educação, notando-se que este estudante vai ter um melhor desempenho educacional.

A relação entre família e escola, tem mostrado que uma não vive sem a outra, pois a família é o primeiro grupo com a qual a pessoa convive e seus membros são exemplos para a sua vida. No que diz respeito a escola e a educação, se os pais, alunos, professores demonstrarem que é possível uma relação que envolva uma melhor qualidade de ensino aprendizagem, mais se dará a importância do que está sendo aprendido, contribuindo para o sucesso escolar.

Assim sendo, Carvalho (2004. p.47) em seu pensamento afirma que: A educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social e começa no lar/família, lugar da reprodução física e psíquica cotidiana – cuidado do corpo, higiene, alimentação, descanso, afeto, que constituem as condições básicas de toda a vida social e produtiva.

Portanto, a relação entre família e escola, devem sempre promover esse dialogo, essa parceria, para que nos dias de hoje, faz-se necessário, para que ambas possam contribuir e construir cada vez mais uma educação de qualidade, possibilitando para os nossos filhos um futuro melhor dentro da nossa sociedade.

³ KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, a pesquisa foi classificada em exploratória, descritiva e explicativa, na qual teve como papel principal, a busca de uma análise quantitativa do problema que a escola vinha enfrentando no seu dia a dia.

Segundo Gil ⁴(2002, p.41) A pesquisa exploratória dispõem em investigar mas sendo que, “Estas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento é portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.”

A pesquisa descritiva dispõe-se de averiguar e aclarar os dados coletados através dos questionários aplicados. Nesse sentido, Gil (2002, p.42) salienta que “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Por ultimo o estudo também é explicativa já que para Gil (2002, p. 42) ele ressalta que “Essas pesquisas tem como preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que aprofunda o conhecimento da realidade, porquê explica a razão, o porquê das coisas.”

A investigação teve como por objetivo, a obtenção de respostas na aquisição de conhecimentos. Sendo que essas metas tiveram, como fundamental importância, apresentar teorias aplicáveis a esse tema, objetivando fundamentar o estudo aqui desenvolvido.

No estudo foi desenvolvida uma pesquisa de campo e a abordagem da pesquisa de campo foi sobre o tema a infrequência escolar, e ocorreu no universo da turma do 5º ano, do ensino fundamental.

⁴ GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Ou como afirma Marconi e Lakatos ⁵(2003, p. 186): “a pesquisa de campo tem-se que: é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou a relação entre eles.

Para a coleta de dados foi necessária a interação e a participação dos pais e professores, onde aplicamos questionários com perguntas abertas e fechadas, as perguntas do instrumento de coleta de dados foram elaboradas pelas pesquisadoras.

Sendo que para Marconi e Lakatos (2003, p. 201) eles afirmam que o questionário se trata de “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma serie ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Assim sendo o referido instrumento permitiu diagnosticar e assessorar no levantamento de possíveis questionamentos, e a sua finalidade foi a possível solução da compreensão do problema proposto no projeto.

Após concluída a fase de coleta de dados, foi realizado o diagnóstico e a leitura dos resultados, onde utilizamos da modalidade de pesquisa quanti- qualitativa por proporcionar o fornecimento de melhores recursos à investigação.

CONCLUSÕES

O presente artigo, realizado a partir de uma pesquisa de campo, teve por finalidade, Investigar a infrequência dos alunos como um fator que dificulta o sucesso no processo de escolarização.

Ao relatar e refletir sobre a infrequencia escolar no ensino fundamental, dentre os quais estão os diversos fatores que influenciam para essa infrequencia que são: os problemas sociais, econômicos e culturais que envolvem a escola,

⁵ LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.

família e comunidade, buscando entender os motivos que implicam no desenvolvimento intelectual e social do aluno.

Verifica-se que a importância da relação escola e família, devem sempre promover esse diálogo, essa parceria, para que nos dias de hoje, faz-se necessário, para que ambas possam contribuir e construir cada vez mais uma educação de qualidade, possibilitando para os nossos filhos um futuro melhor dentro da nossa sociedade.

O trabalho se concretizou através da aplicação das intervenções junto aos professores, pais e alunos que vem a compreender a importância do profissional da educação Infantil estar sempre na busca de novos conhecimentos para que assim possam desafiar seus alunos.

Espera-se que este artigo possa contribuir com educadores, pais, alunos ou qualquer outra pessoa que o leia sobre importância da frequência escolar como indicador no sucesso escolar, visando à melhoria do ensino aprendizagem, de forma que venha a criar cidadãos críticos e capazes de enfrentar a complexibilidade de situações que surgem na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997 (Coleção Educação popular – nº 8.).

AZEVEDO, Francisca Vera Martins de. Causas e consequências da evasão escolar no ensino de jovens e adultos na escola municipal “Exedito Alves”. Disponível em: http://webserver.falnatal.com.br/revista_nova/a4_v2

BOCK, Ana Maria Bahia, “**Uma introdução ao estudo da psicologia**”, 2004

CARVALHO, Maria Eulina Passoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. In: Caderno de Pesquisas, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 47, jan./abr.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a03n121.pdf>

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. Campinas, SP.:Papirus, 1994.

DIRETRIZES CURRICULARES: **ensino fundamental/ Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, Secretaria Municipal de Educação**. – Ponta Grossa (PR), 2015.

-
- FREITAS**, Ione Campos. Disponível em <http://democracianaescola.blogspot.com/>. Acesso em 07/05/2016. Fonte: Portal educação <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/57669/interacao-entre-escola-e-familia-no-processo-de-ensino-e-aprendizagem-da-crianca#ixzz4AfiC0Vil>
- FARIA**, C. Lia. Publicação de artigo no blog, Escola de Tempo Integral, Março 2014. Disponível em <https://escolasdetempointegral.wordpress.com/2014/03/25/seminario-internacional/>. Acesso em Maio de 2016.
- GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- <HTTP://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury>
- HTTP://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idinscrito_861_bb19efb1f162d868b2eb1b355ed37b6d.pdf
- <HTTP://www.infoescola.com/pedagogia/praxis-docente/>
- <HTTP://www.infoescola.com/sociologia/conceito-de-infancia/>
- <HTTP://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>
- HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm
- HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm
- <HTTP://primeirapaginavilmar.blogspot.com.br/>
- HTTP://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-5742002000200010
- KALOUSTIAN, S. M. (org.) **Família Brasileira, a Base de Tudo**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.
- LAKATOS, E.M., MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5º ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MULLER**, Mary Stilo. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. – 4 ed- atual. – Londrina: Ed. UEL, 2001.
- OLIVEIRA**, Paula Cristina Silva de. “Evasão” escolar de alunos trabalhadores na EJA. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos...pdf>.
- QUEIROZ**, Lucileide Domingos. Um Estudo Sobre a Evasão Escolar: para se pensar na inclusão escolar. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf